

## ATUAÇÃO DA MULHER PINHEIRENSE NA ESFERA MUNICIPAL DO PODER LEGISLATIVO

Marcos Vinícius Cordeiro de Abreu<sup>1</sup>

Maria Célia da Silva Gonçalves<sup>2</sup>

Giselda Shirley da Silva<sup>3</sup>

188

**Resumo:** O presente artigo teve como objetivo investigar a representação da mulher no legislativo da cidade de João Pinheiro - MG e com isso, averiguar quais foram as vereadoras que atuaram, assim como analisar seus períodos de atuação, projetos e barreiras que enfrentaram para entender suas análises pessoais sobre a experiência. A pesquisa se caracteriza como qualitativa, baseando-se na história oral temática a partir da possibilidade de ouvir as narrativas dessas mulheres que exerceram mandatos na cidade. Também foi realizada uma pesquisa documental, com acesso às atas de reuniões condizentes aos seus períodos de mandato e contou com acervo fotográfico das vereadoras que dispuseram compartilhar suas memórias eternizadas. Percebeu-se que historicamente poucas mulheres exerceram mandatos na cidade e que enfrentaram barreiras por ocuparem aqueles lugares e que por muitas vezes essas barreiras podem ser ligadas ao fato de serem mulheres. Observou-se também o respeito dos demais companheiros de trabalho na bancada dos vereadores para com suas ocupações. Em relação aos seus projetos, diversos foram seus enfoques nos quais elas lutavam pela aprovação e implementação na sociedade e todos eles abrangiam a cidade e região como um todo. Suas percepções são de visualizarem como experiências válidas e importantes para suas vidas e que ajudaram a mudar a realidade de acordo com as possibilidades que tiveram.

**Palavras-Chave:** Mulher. Política pinheirense. Representação.

<sup>1</sup>Bacharel em Administração pela Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP). Pós-graduando em Docência no Ensino Superior pela Universidade Cruzeiro do Sul. Licenciado em História da Faculdade do Noroeste de Minas – Finom. Professor de História e Geografia no Colégio Dracília Coimbra. E-mail: mvc.abreu@hotmail.com

<sup>2</sup> Pós-doutorado em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Estágio Pós-doutoral em Economic History Department of Law, Economics, Management and Quantitative Methods-DEMM da Università degli Studi Del Sannio - UNISANNIO-(Benevento, Italy). Visiting Professor da Università degli Studi Del Sannio - UNISANNIO. Pós-doutoranda em História pela Universidade de Évora em Portugal. Possui doutorado em Sociologia e mestrado em História pela Universidade de Brasília (UnB). Coordenadora do grupo de pesquisa MULHERES, TRABALHO E NEGÓCIOS: empreendedorismo feminino no Noroeste de Minas Gerais e Sul de Goiás(FINOM) E-mail: mceliasg@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Doutoranda - Universidade de Évora/Universidade de Lisboa - Portugal. Pesquisadora Integrante- CIDEHUS-UE - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora. Mestre em História Cultural pela Universidade de Brasília-(UnB). Membro do projeto de pesquisa - Educação, História, Memória e Cultura em Diferentes Espaços Sociais – PUC - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: giseldashyrley@hotmail.com

Recebido em 29/12/2019

Aprovado em 30/01/2020

**Abstract:** The purpose of this article was to investigate the representation of women in the legislature of the city of João Pinheiro - MG and with this to find out who were the councilors who worked, as well as analyze their periods of activity, projects and barriers they faced to understand their analysis about the experience. The research is characterized as qualitative, based on thematic oral history from the possibility of listening to the narratives of these strong women who exercised mandates in the city. A documentary research was also carried out, with access to the minutes of meetings consistent with their terms of office and had a photographic collection of councilors who were willing to share their eternal memories. It was noticed that historically few women exercised mandates in the city and that they faced barriers for occupying those places and that these barriers can often be linked to the fact that they are women. It was also observed the respect of the other co-workers on the councilors bench for their occupations. Regarding their projects, there were several approaches in which they fought for approval and implementation in society and they all covered the city and region as a whole. Their perceptions are to view as valid and important experiences for their lives and that helped to change reality according to the possibilities they had.

**Keywords:** Woman. Pinheirense politics. Representation.

## 1. INTRODUÇÃO

Os fatores políticos são observados no decorrer das estruturas de desenvolvimento da humanidade. Isso se pontua desde as suas antigas até as mais atuais formas de fazê-la. É um longo caminho que se estrutura em uma forma de eleger pessoas em nome do povo. A participação de pessoas na representação da voz do povo é de notável importância e essa representatividade merece ser analisada não apenas em relação ao fator de que existe alguém falando pelo povo e sendo intermediador, mas também quanto aos aspectos de gêneros que existem nessa atuação.

No Brasil atualmente no poder legislativo a igualdade de gênero entre homens e mulheres têm progredido mesmo que a passos lentos. No entanto, essa não é a realidade de João Pinheiro (MG), universos dessa pesquisa. No passado o município contou com a presença feminina, mesmo que muito pequena, fato que não se repete na atualidade. Partindo dessa constatação, o presente estudo tem como objeto de pesquisa a auto representação<sup>4</sup> da atuação das mulheres eleitas no poder legislativo no município de João Pinheiro – MG entre os anos de 1967 a 2019 visando compreender como essa atuação ocorreu em um ambiente em sua grande parte masculino e qual foi à vivência realizada por elas na prática legislativa na cidade.

---

<sup>4</sup> Segundo Chartier (1988, p.20) no primeiro sentido, a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objecto ausente através da sua substituição por uma «imagem» capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é.

O tema dessa pesquisa foi investigado a partir das memórias de alguma dessas mulheres, suas histórias e fatores importantes que se relacionam aos trabalhos desenvolvidos, barreiras e conquistas enquanto estiveram ocupando cargos no legislativo pinheirense.

Essa pesquisa embora aborde a política, ela filia à vertente da História Cultural, pois buscará entender as representações das mulheres e da sociedade de João Pinheiro-MG no que tange à participação delas no poder legislativo local. Para estudar as representações sociais sobre a atuação dessas mulheres, acreditamos ser de grande importância a explicitação de um conceito de história com o qual compactuemos o significado. Comungamos com Brito (2001), que a história é um fazer que se define sobretudo por formular perguntas, entendo também que a pergunta a ser feita depende das condições de possibilidades na qual se inscreve o historiador, nas palavras da historiadora:

História para mim é a captação de sentidos. Os sentidos são as formas que encontramos no passado, como no presente, de dar significado à realidade vivida e nela, às relações que estabelecemos. Ao historiador (a) cabe, nessa perspectiva, a tarefa de buscar os sentidos que as questões possíveis de formular permitem aprender. Pode parecer pouco. Mas não é. Afinal, sabemos desde sempre (mesmo quando não se quer admiti-lo), nenhuma história conta tudo (BRITO, 2001, p.03)

Nesta tentativa de “ler” e “sentir” as representações e os significados da participação de mulheres pinheirenses na política, acreditamos ser o domínio da História Cultural o viés que melhor nos auxiliará nesta tarefa, pois Robert Darnton em sua definição de História Cultural escreveu que ela é uma tentativa de “mostrar não apenas o que as pessoas pensavam, mas como pensavam como interpretavam o mundo, conferiam-lhes significados e lhes infundiam emoções”. (DARNTON, 1986, p.13)

Segundo o historiador Jenkins (2009), a história é um discurso em constante mudança forjado pelos historiadores

Que da existência do passado não se deduz uma interpretação única: mude o olhar, desloque a perspectiva, e urgirão novas interpretações. No entanto, embora os historiadores saibam de todas essas coisas, a maioria parece desconsiderá-las de caso pensado e se empenha em alcançar a objetividade e a verdade mesmo assim. E essa busca pela verdade transcende posições ideológicas e/ou metodológicas. (JENKINS, 2009, p.27)

A história possibilita diversos olhares sobre fatos que estão inseridos em nossa sociedade. É necessário abrir os olhos para essas novas possibilidades de interpretar. Compreender que a busca pela verdade é um caminho de novos saberes.

Conforme o mesmo o autor, em suma, a história

é um discurso cambiante e problemático, tendo como pretexto um aspecto do mundo, o passado, que é produzido por um grupo de trabalhadores cuja cabeça está no presente (e que, em nossa cultura, são na imensa maioria historiadores assalariados), que tocam seu ofício de maneiras reconhecíveis uns para os outros (maneiras que estão posicionadas em termos epistemológicos, metodológicos, ideológicos e práticos) e cujos produtos, uma vez colocados em circulação, veem-se sujeitos a uma série de usos e abusos que são teoricamente infinitos, mas que na realidade correspondem a uma gama de bases de poder que existem naquele determinado momento e que estruturam e distribuem ao longo de um espectro do tipo dominantes/marginais os significados das histórias produzidas. (JENKINS, 2009, p.52)

191

Nesta direção não buscamos trabalhar com “verdades absolutas” a história das mulheres, e sim com representações sociais, seus significados e experiências de trabalho com a população pinheirense em suas atuações. Chartier (1988) define que é necessário inscrever a importância crescente adquirida pelas lutas de representações, onde o que está em jogo e a ordenação, logo a hierarquização da própria estrutura social.

O mesmo autor ainda descreve que

Deste modo, a noção de representação ser pode construída a partir das acepções antigas. Ela é um dos conceitos mais importantes utilizados pelos homens do Antigo Regime, quando pretendem compreender o funcionamento da sua sociedade ou definir as operações intelectuais que lhes permitem apreender o mundo. (CHARTIER, 1988, p. 23)

Como o autor supracitado aborda, é possível notar que a representatividade é um conceito antigo e que o funcionamento da sociedade se estruturou a partir da premissa de pessoas como personagens nessa linha de frente.

Mas nem sempre esses representantes encontram-se em locais plenos de representação em quantidade. Isso surge em tópicos de caráter e contextos específicos. Boa parte desses representantes, podem ocupar um lugar de fala que é de um grupo considerado vulnerável. Falar sobre os grupos de vulnerabilidade, no sentido de voz, encontra dificuldades pois os conceitos em grande parte só são sentidos quando as pessoas estão em um contexto que os envolvem.

Os conceitos referentes à identidade de gênero, identidade sexual e papel de gênero reportam-se a fatores e componentes quantitativos e qualitativos – em constituições inter-relacionadas – das combinações identitárias, sexuais e de conduta social encontradas em diferentes estruturas grupais e/ou individuais. As pessoas só apresentam sentido quando inseridas em um contexto e em relação. (COIMBRA, 2011, p.14)

Gênero e sexo são conceitos que precisam ser diferenciados em suas definições. Segundo Coimbra (2011, p.13 *apud* TELES, 2006, p. 46) quando se fala em gênero costuma-se explicar que gênero se refere à socialização e está vinculado a fatores culturais, enquanto sexo refere-se a fatores biológicos.

Historicamente observando, a política mundial conta ainda com um percentual inferior de mulheres em sua participação. Tal quadro tem crescido e apontado mudanças recorrentes e importantes para a sociedade. A plenitude da cidadania é um ponto de discussão, Pinsk (2005) relata que a cidadania em seus aspectos amplos é ter direitos civis, sociais e políticos. A mulher do passado esteve sempre a sombra dos seus maridos e silenciadas como cidadãs que eram. Suas atuações se limitavam as tarefas de casa, criação dos filhos e outras funções ligadas unicamente ao lar.

Na política e analisando uma ótica nacional, a representação feminina como votante só teve relevância a partir do ano de 1890. Segundo Tabak (1989) foi na constituinte republicana de 1890 que iniciaram-se as primeiras manifestações em favor do direito político para a mulher no Brasil. Sendo que após esse início, sua atuação efetiva como representantes legais da população demoraria anos para se concretizar de uma forma efetiva e segura para elas. Todavia, somente na Constituição de 1934 é que tiveram garantido o direito de votarem e serem votadas.

Essa luta para participação começa anteriormente ao século XIX. Existiu e existe ainda a observação da construção da cidadania feminina.

A luta das mulheres por seus direitos tem raízes profundas no passado. Sua história foi escrita cotidianamente, ao longo dos séculos. Um processo feito de certezas, equívocos, contradições, acertos, avanços e recuos. O termo feminismo data do século XIX. (MONTEIRO E LEAL, 1998, p.9)

O passado e a luta das mulheres por seus direitos encontram grandes relações. Essas lutas, assim como diversas outras, encontram certezas, avanços e recuos durante a sua construção.

Em João Pinheiro - MG<sup>5</sup>, onde se concentra o universo da pesquisa, essas lutas e histórias não foram diferentes. Encontram raízes embasadas em anos anteriores alastradas pelo tempo e ainda hoje dificuldades e necessidade de debates e conquistas.

<sup>5</sup> Está localizado no Noroeste do estado de Minas Gerais e em 1911, com sua emancipação política com território desmembrado de Paracatu recebeu o nome atual. Atualmente sua população estimada com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018) é de 48.561 pessoas. É o maior município em extensão territorial de Minas Gerais e entre as principais áreas que sustentam a economia da cidade estão os ramos do agronegócio e confecções.(IBGE, 2018)

O poder legislativo representa um cenário do poder com base nas representações de pessoas eleitas pelo povo para representá-los frente a uma gestão. Segundo o Art. 79 do Regimento Interno da Câmara Municipal de João Pinheiro de 1990 os Vereadores são agentes políticos investidos de mandato legislativo municipal para uma legislatura de 4 (quatro) anos, eleitos, pelo sistema partidário e de representação proporcional, por voto secreto e direto.

Os ocupantes dos cargos distribuídos nessas esferas políticas eram predominantemente homens. Segundo Moraes (2003) foi após a assembleia constituinte de 1934 que teve a eleição da primeira representante feminina, possibilitando a inserção gradual no universo político. Porém, ainda hoje a atuação da mulher eleita na política é um ponto de discussão no que tange a sua abrangência e dificuldades. A participação da força feminina nessas esferas, em específico o legislativo que é foco dessa pesquisa, ainda conta com barreiras de representatividade numérica sem relação as mulheres eleitas.

Como a atividade de pesquisar contribui grandiosamente para o indivíduo, é importante ressaltar que as práticas na busca do conhecimento abrem a visão de mundo e suas inúmeras possibilidades. A pesquisa desenvolvida contou com um pesquisador que possuía interesse no tema que é parte das vertentes consideradas minorias.

A presente pesquisa tem sua importância em aspecto social quando indaga sobre o papel da mulher e sua participação na política que ainda é um tema discutido em pleno século XXI. A análise obtida a partir da sistematização de coleta de dados servirá como base para pessoas interessadas no assunto e possíveis estudos em outras vertentes da área. Os resultados dessa pesquisa podem estar disponíveis para consulta e também podem ser publicados em diversas plataformas, ampliando assim a divulgação de um novo saber para a sociedade. Uma vez que, “o campo de estudos de gênero tem apresentado, nos últimos anos, uma excepcional dinamicidade. Isso se traduz em eventos com muitas pesquisadoras e pesquisadores, em inúmeras publicações, e especialmente, em uma cada vez mais forte presença dos temas de gênero em áreas disciplinares e temáticas as mais diversas” (WOLFF, 2015, p. VII).

Pesquisar é um ato que precisa estar inserido durante todo o processo de formação acadêmica. É necessário que exista uma estimulação para que esse discente esteja em contato com fontes, autores e aprofunde em infinitas áreas que o mundo científico oferece.

A pesquisa científica é muito importante, tanto para nossa vida do dia-a-dia como para nossa vida profissional, porque possibilita estabelecer crenças de

qualidade, as quais, por sua vez, têm influência sobre a felicidade de nossas vidas e a racionalidade de nossas ações. (MENNA, 2017, p.205)

É criação de novos saberes científicos e discussões que agregam para a nova sociedade do conhecimento e conseqüentemente a instituição de ensino. Para o meio acadêmico é necessário a criação de novas perspectivas e valorização de desenvolvimento de pesquisas sobre a história local e regional e também sobre gênero.

A problematização da pesquisa se desenvolveu a partir dos seguintes questionamentos: Quais foram os principais nomes e o período de atuação das mulheres como vereadoras na Câmara Municipal de João Pinheiro? Qual o interesse das vereadoras pela área política e como se deu o início do processo de participação no meio? Como é a atuação da mulher eleita no legislativo da cidade de João Pinheiro – MG? Essas mulheres sofreram preconceito de gênero? Quais os principais enfoques de projetos e trabalhos em que elas atuaram? Quais as suas avaliações pessoais após a conclusão dos períodos de mandatos?

Os objetivos da pesquisa foram compreender a representação sobre a atuação da mulher eleita no legislativo pinheirense nos anos de 1967 até 2019, suas histórias, principais dificuldades e conquistas durante o processo que estiveram como vereadoras; investigar quais foram as vereadoras que atuaram no legislativo da cidade de João Pinheiro – MG e seus períodos de atuação; visualizar os interesses pessoais das mulheres eleitas e ingresso no ramo político; pesquisar sobre as atuações e principais dificuldades de gestão e tem seus mandatos e se sofreram preconceito de gênero; analisar principais projetos e áreas de enfoque em suas gestões; entender as percepções pessoais suas atuações como parte do legislativo pinheirense.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa se filia à vertente qualitativa. Esse modelo de pesquisa possui enfoque na aproximação do ambiente de pesquisa e o próprio pesquisador. Segundo Lakatos et. al. (2004) o método qualitativo difere do quantitativo pois ele não apenas por empregar os instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados.

O registro das memórias das vereadoras se deu por meio da História Oral, pois a partir das narrativas é possível ter se uma ideia de seus sonhos, lutas, expectativas, enfrentamentos e realizações.

A história oral é uma forma rica de coleta de dados dessa pesquisa, ela se apresenta como uma grande ferramenta na conquista de narrativas importantes sobre os fatos que

ultrapassaram os anos e perpetuam até hoje. Segundo Thompson (1998, p.337) “a história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhe dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas”.

A seleção de amostra para a realização das entrevistas foi feita a partir do levantamento das vereadoras que já atuaram no legislativo de João Pinheiro. Ao total foram realizadas 03 entrevistas (História de vida Temática) com as convidadas que aceitaram participar.

As entrevistas foram previamente agendadas e desenvolvidas a partir da narrativa das histórias pessoais dessas vereadoras. Foram feitas 06 perguntas embasadas com os objetivos desta pesquisa. Assim, a partir da permissão das mesmas, as suas falas foram gravadas e transcritas posteriormente.

O trabalho também contou com uma pesquisa documental, pois foi feita uma imersão nas fontes de estudo na Câmara Municipal de João Pinheiro, onde existe um rico acervo de documentos e informações que servirão como base e norteio para a concretização do estudo.

A pesquisa se valeu do acervo fotográfico das entrevistadas. Essas fotografias eram apresentadas pelas narradoras no decorrer de suas próprias entrevistas, posteriormente elas foram analisadas com base nas narrativas das entrevistadas sobre os momentos registrados em foto e suas atuações políticas.

Após isso, as informações recolhidas foram embasadas com referencial teórico que conta com autores que relatam o processo de integração das mulheres como representantes do povo na política legislativa e quais as principais barreiras que enfrentaram e ainda enfrentam.

A base teórica dessa pesquisa é embasada em história cultural, se concentra em autores que narram a trajetória das mulheres, suas lutas e processos e esbarra também com a história da própria cidade de João Pinheiro. A atuação dessas figuras públicas mistura-se a construção da identidade da cidade.

### **3. A MULHER NA POLÍTICA: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS**

#### **3.1 As mulheres na história: a luta por direitos na atuação na política**

Para compreender a participação das mulheres na política e a sua representatividade é importante observar o processo que a história aborda esses assuntos e como elas que são protagonistas de suas lutas percorreram por esse caminho. Perrot já discorria sobre essa narrativa citando conceitos compreendidos desde a criação do mundo:

No início era o Verbo, mas o Verbo era Deus, e Homem. O silêncio é o comum das mulheres. Ele convém à sua posição secundária e subordinada. Ele cai bem em seus rostos, levemente sorridentes, não deformados pela impertinência do riso barulhento e viril. Bocas fechadas, lábios cerrados, pálpebras baixas, as mulheres só podem chorar, deixar as lágrimas correrem como a água de uma inesgotável dor, da qual, segundo Michelet, elas “detêm o sacerdócio”. (PERROT, 1998, p. 9)

A autora continua retratando sobre esse processo e a ausência da mulher em todas as áreas, inclusive da história como disciplina científica que possuía uma narrativa excludente das figuras femininas.

A longa historiografia do silêncio, por si só cheia de interesse, não é aqui o meu tema. Eu evocarei simplesmente os seus horizontes próximos. A constituição da história como disciplina “científica” no século 19 reforça seu caráter viril. Em sua prática, a partir de então nas mãos dos universitários (o diploma de magistério em história foi criado em 1829). Em seu conteúdo, cada vez mais entregue à história pública e política em que as mulheres não estão presentes. (PERROT, 1998, p.14)

A participação da mulher como personagem com os direitos respeitados e minimamente garantidos vem caminhando ao decorrer dos séculos em passos lentos e as conquistas já atingidas, precisaram de muita luta para que pudessem ser alcançadas.

É um fator estrutural que ultrapassou os séculos e resultou em uma busca das mulheres em terem seus direitos assegurados.

A luta das mulheres é uma busca constante na construção de nova moral, novos valores sociais e nova cultura. É essencialmente democrática por nascer da igualdade entre homens e mulheres e evoluir para a igualdade entre todos os homens, suprimindo as intituladas desigualdades de classe. (COIMBRA, 2011, p. 26)

Observamos que essa luta é uma tentativa antiga de criação de uma cultura igualitária. A igualdade nesse aspecto se relaciona com o que é considerado democrático nas observações de situações e limitações a qual são submetidas.

Tudo isso tem início não somente na atuação de mulheres eleitas no legislativo. É uma cultura enraizada no patriarcado e precisa ser compreendida antes mesmo do direito ao voto. Suas funções eram reduzidas ao que se referia a submissão e a não participação de fatores que envolvessem poder.

Era impensável que as mulheres ocupassem os mesmos espaços que os homens em uma sociedade patriarcalista e arcaica, da mesma forma como era impensável os negros assumirem posições de poder. As mulheres e os negros

eram considerados seres humanos de segunda classe. Por isso, as políticas de cotas foram utilizadas inicialmente no combate ao racismo, e depois, na batalha contra o sexismo. (VAZ, 2008, p.42).

Todo esse movimento precisou ser repensado no decorrer dos tempos para que hoje, a participação ainda que em crescente, pudesse existir.

A atuação feminina fora do ambiente domiciliar teve seu início com as grandes mudanças da Revolução Industrial. O trabalho da mulher foi levado para as indústrias. Embora esse movimento de inserção acontecesse em forma de submissão e inferiorização de sua remuneração comparada aos homens.

197

Com a revolução industrial surge o trabalho remunerado fora do lar e separado do trabalho doméstico, sendo o trabalho da mulher incorporado pelas indústrias. A mulher foi sendo incorporada ao trabalho fabril, de forma subordinada e dependente e em condições insalubres, além de receber salários bastante inferiores aos dos homens. (COIMBRA, 2011, p. 19)

Entre os direitos que eram cobrados pelas que indagavam suas posições sociais, o direito ao voto que era uma ideia inexistente e impensável começa a tomar lugar. Tal cobrança representa um papel fundamental para a representação da mulher como uma agente de importância e participante na sociedade em que elas existiam.

A exclusão das mulheres do mundo público e político não é novidade. Não faz muito tempo que uma mulher comparecer a uma sessão eleitoral e votar era considerado um ato absurdo e inimaginável. De uma maneira geral, o sufrágio universal e a igualdade do voto, só foram conquistados nas primeiras décadas do século XX. Países como França e Itália só concederam tal direito, sem nenhuma pré-condição, na década de 1940, e Portugal e Suíça somente trinta anos depois, na década de 70. (KARAWAJCZYK, 2001, p.1)

Essa constante luta desbravada por vários agentes históricos, precisa ser visualizada como uma luta grandiosa pelo direito ao voto. Observamos que mesmo na luta por seus direitos, a representação feminina é sufocada por uma sociedade dominada por homens que sempre detinham o poder até então.

Entre os direitos políticos pleiteados pelas mulheres desde suas primeiras batalhas em prol da igualdade com os homens, destaca-se o direito de voto, isto é, que lhes seja facultado participar direta e ativamente da eleição dos órgãos de representação popular, base de qualquer regime que se pretenda democrático. (TABAK, 1989, p. 37)

Essa luta feminina para que o voto pudesse ocorrer sempre, desenrolou de uma maneira enfática em prol da igualdade aos homens. A democracia só atingiria algum ponto minimamente justo a partir da inserção dessas mulheres como cidadãs.

Já no século XIX apareceram mulheres que lutaram pelo direito ao voto, porém de uma forma individual, solicitando seu alistamento como eleitoras e candidatas. Em 1881 a dentista gaúcha Isabel de Sousa Matos requereu, com base em uma lei que facultava o voto aos portadores de títulos científicos, o direito a se alistar. Foi vitoriosa em sua cidade natal, mas teve o direito suspenso quando foi alistar no Rio de Janeiro em 1890. (PINTO, 2003, p.15)

198

Confirmando a afirmativa acima, Karawejczyk aborda sobre a ambiguidade da Constituição de 1891, onde eram considerados eleitores e cidadãos pessoas maiores de 21 anos e mesmo assim não amparava as mulheres em aspectos amplos que as permitiam votar.

De modo que as discussões sobre o estabelecimento do sufrágio feminino começaram a tomar uma forma mais definitiva com a Proclamação da República e, mais especificamente, a partir 24 de fevereiro de 1891, data da publicação da nova Constituição brasileira, onde figurou o ambíguo artigo 70 que assim ficou redigido: “são eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da Lei.” (KARAWEJCZYK, 2001, p.2)

E observando uma ordem cronológica, embora manifestações individuais e grupais tenham sido realizadas anteriormente, Tabak (1989, p. 38) ainda afirma que somente em 1921, a campanha pelo voto feminino começa a ser uma expressão nova no cenário político brasileiro.

Nesse interim, segundo Tabak (1989) a primeira mulher a ocupar um cargo eletivo na América do Sul, em 1929, foi a prefeita do Município de Lages, Alzira Soriano. Junto com ela, várias outras mulheres representaram sendo eleitas e empossadas.

As primeiras mulheres a participar ativamente no legislativo e no executivo foram Alzira Soriano, Carlota Pereira de Queirós, Antonieta de Barros, Euníce Michiles, Esther de Figueiredo Ferraz, Roseana Sarney, Maria Pio de Abreu e Dilma Rousseff. (NOREMBERG; ANTONELLO, 2016, p. 11)

No decorrer dos anos, diversas outras mulheres exerceram papéis importantes na luta política de representatividade. Elas representam figuras admiráveis na ocupação desse espaço e de luta em prol de trabalhos no decorrer de suas atuações.

Pinto (2003, p.28) afirmou que “a luta pelo direito ao voto da mulher chegou a seu fim em 1932, quando o Código Eleitoral incluiu a mulher como detentora do direito ao voto e de ser votada”. Schneider (2014) mencionou que foi finalmente em 1932, que o Brasil ganhou um

novo Código Eleitoral e com o Decreto 21.076 de 24 de fevereiro de 1932 estabeleceu-se no país o voto secreto e o voto feminino, que seria incorporado à Constituição de 1934.

Fazendo uma análise da conjuntura atual, percebemos que a representação feminina na política, embora seja maior hoje, ainda representa pequeno percentual se comparado aos homens que exercem a mesma função. A presença de candidaturas a vagas para ocupar um cargo político é observado de acordo com o Art. 1º da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Brasil, 1997) onde relata que do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo. Todavia, o resultado do cumprimento da lei não é contemplado nas bancadas de eleitos do legislativo.

Em um olhar focado ao objeto dessa pesquisa, encontra-se a Lei Orgânica da Cidade de João Pinheiro (1990) que apresenta no seu décimo segundo artigo alterado pela ementa 12/2011 que a Câmara Municipal de João Pinheiro será composta de 13 (treze) vereadores, proporcional ao número de habitantes no Município, nos termos da Constituição da República.

Em João Pinheiro a mulher marca sua entrada na política na década de 1960 quando foi eleita, Dulce Amorim Silveira, a primeira vereadora do município.

Como o voto foi indireto, nenhuma mulher obteve o direito de votar, pois não havia mulheres na Casa Legislativa, sendo que a primeira a exercer o papel de vereadora em João Pinheiro foi Dulce Amorim Silveira (Legislatura de 1967-1970), sendo pioneira na atuação política e significando uma ruptura em um espaço até então eminentemente masculino. Posteriormente, foi seguida por outras vereadoras, porém a presença feminina no Poder Legislativo acontece somente na segunda metade do século XX. O Poder Executivo local ainda é um espaço masculino. (SILVA, GONÇALVES, SILVA, 2011, p.91)

Após esse marco de representatividade, outras representantes do gênero ocuparam o cargo. Na tabela adaptada da Lei Orgânica Municipal, é constatado que no decorrer da história da cidade, outras mulheres atuaram como vereadoras.

Tabela 1: Vereadoras da Cidade de João Pinheiro

Nome	Período(s) de Atuação
Dulce Amorim Silveira	(1967-1970)
Valda Mendonça Porto	(1973)
Cleuza Antônia de Souza	(1976)
Atalita Ferreira da Silva	(1986-1988)
Maria Aparecida Silva Costa	(1989- 1992)
Elizabete Alves Mundim Silva	(1993-1996)
Alceni Maria da Silva Rodrigues	(1993-1996; 1997-2000; 2005-2008)
Jovana Braga Andrade	(1997-2000)

Hildami José Machado da Silva	(1997-2000; 2001-2004)
Maria do Carmo de Oliveira	(2001-2004)

Fonte: Adaptado de Lei Orgânica Municipal (João Pinheiro, 1990) Disponível em: <https://www.joaopinheiro.mg.leg.br/institucional/lei-organica/lei-organica-municipal-joao-pinheiro-mg>

Com base no anexo da Lei Orgânica Municipal (João Pinheiro, 1990, p.57) que lista todos os presidentes de Câmara de cidade de João Pinheiro – MG, somente uma mulher ocupou o cargo de presidência na Câmara, sendo ela, Dulce Amorim Silveira em 1967.

Nos anais da Câmara Municipal é possível notar na primeira ata do ano de 1967 onde a primeira vereadora pinheirense e também atuante como presidente de Câmara, dá início aos trabalhos no primeiro ano de sua legislação.

Ao primeiro dia do mês de fevereiro de mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de João Pinheiro, às treze horas, na sala de reuniões da Câmara Municipal, presentes os Vereadores Dulce Amorim Silveira – Presidente, Benedito Soares de Araújo, Vice-Presidente - Antônio Perreira de Andrade, secretário – Osvaldo José da Silveira, Nides Gomes pereira e Gumercindo Dornelas de Souza, havendo número legal de Senhores Vereadores, a Senhora Presidente declarou aberta a sessão e declarou que a finalidade desta sessão é a eleição das Comissões permanentes para funcionar nesta legislação. (SPAGNUOLO, 1999, p.341)

Ainda utilizando como base a relação dos vereadores eleitos a partir de 1970, desde 2008, último ano do terceiro mandato da vereadora Alceni Maria da Silva Rodrigues, nenhuma outra mulher esteve na bancada dos vereadores de João Pinheiro, apesar de muitas terem se candidatado ao cargo, mas nenhuma foi eleita, o que demandaria uma interessante pesquisa.

#### **4 Representações das mulheres que atuaram no legislativo pinheirense**

Apesar de os números não serem os ideais, as eleições de 2018 foram positivas para a representação feminina principalmente na câmara dos deputados e nas assembleias legislativas (NERITPOLÍTICA, 2020). Embora João Pinheiro não apresente esse crescimento, buscamos registrar as memórias das vereadoras do passado.

Partindo das questões norteadoras da pesquisa foram realizadas entrevistas temáticas com três mulheres que foram eleitas e atuaram no legislativo de João Pinheiro, sendo elas, Alceni Maria da Silva Rodrigues<sup>6</sup>, Elizabete Alves Mundim Silva<sup>7</sup>, Atalita Ferreira da Silva<sup>8</sup>.

Buscamos inicialmente conhecer os fatores motivacionais para o ingresso dessas mulheres na política. Assim elas representam os seus ingressos na política local:

*Na realidade eu sempre gostei, quando menina, de torcer por alguém, por algum candidato. Mas eu nunca tive interesse em me candidatar, particularmente. Quando eu comecei a trabalhar no município, eu comecei a ver as dificuldades que a população sofria e eu comecei a me interessar. Preocupada, procurava o governo para resolver uma questão ou outra e quando eu os vi já havia me lançado candidata. Eu não queria pela questão de ter que tomar partido, eu era amiga de todos indiferente de partido. Àquela hora de ter que tomar um partido foi o que mais mexeu comigo, minha maior preocupação. Eu não tinha pensado em ser candidata, aí a população me lançou candidata e quando eu vi não tinha como recuar. Eu acabei aceitando aquele manifesto das pessoas. (Alceni Maria da Silva Rodrigues, 06/09/2019)*

*Meus avós maternos e paternos eram políticos, daqueles sérios. (...) Já começou pelos avós. Minha entrada na política se deu por uma reunião na minha casa e era para meu esposo ser candidato e ele, mas no fim para completar a chapa disseram: Vamos jogar a Elizabete no meio. Eu nunca imaginava ser uma candidata, era ele que era para ser candidato e me jogaram para formar a chapa. (Elizabete Alves Mundim Silva, 10/09/2019)*

*Foi espontâneo e natural, nato de minha pessoa; não existia ninguém da minha família que fosse político e engraçado pois eu fui a única, ninguém mais, com exceção do meu irmão caçula que concorreu a vereança muitos anos depois, mas não foi eleito. Eu sempre fui extrovertida e tinha amizade com pessoas do meio político, isso influenciou um pouco, eu gostava muito de participar de eventos culturais e políticos como inaugurações de escolas, inauguração de uma praça, eu estava presente até na inauguração da energia elétrica em João Pinheiro. Também acompanhei a visita do governador do estado, Israel Pinheiro, quando ele esteve em João Pinheiro. Tenho foto até do lado do presidente Tancredo Neves. Eu gostava de ouvir as falas os discursos admirava achava lindo e isso me atraiu para a política. (Atalita Ferreira da Silva, 24/09/2019)*

Alceni Maria relata que inicialmente não planejou ser candidata, o que a levou foi seu emprego público e a convivência diária com as pessoas nos locais onde trabalhava, fato que a permitiu observar a carência da população e certamente incorporar as lutas pelo povo. Já a

<sup>6</sup> Foi vereadora em três mandatos. Nasceu em 31/05/1960, natural da Comunidade do Tauá, município de João Pinheiro. Teve seu primeiro mandato como vereadora em 1993.

<sup>7</sup> Nasceu em 08/06/1953, natural da cidade de Patos de Minas – MG e teve seu primeiro e único mandato em 1993 a 1996, período em que foi prefeito, o Sr. Manoel Lopes Cançado.

<sup>8</sup> Nasceu em 15/01/1951 natural da zona rural do distrito de Canoeiros, município de João Pinheiro, MG e teve seu mandato entre os anos de 1986 a 1989.

entrevistada Elizabete narrou que vem de uma família de tradição de política, mas que ela não tinha pretensão de se envolver. A entrada na política se deu-se em função da necessidade de completar a chapa em que era para ser o marido candidato.

Para Atalita o seu ingresso deu-se de forma espontânea, pois estava sempre presente nos eventos sociais/culturais da cidade. Em suas memórias vislumbra acontecimentos políticos importantes na história local, entre eles, a presença do Governador do Estado de Minas e de Tancredo Neves, com quem ela tirou fotos.

Observando ser os motivos para essa inserção no universo da política, diferenciado de uma narradora para outra, indagamos se elas tiveram apoio da família e população para a participação no processo eleitoral. Esse apoio, conforme mencionado por elas foi a junção de família, amigos e pessoas com as quais conviviam:

*Quando me lançaram candidata, eu recebi apoio da grande parte da família. (...) Da população de um modo geral, dos mais diversos tipos de representantes da sociedade. Do mais humilde ao doutor. Então, eu recebi um apoio mesclado, das diversas representações da sociedade. (Alceni Maria da Silva Rodrigues, 06/09/2019)*

*Eu era bem conhecida, e eu gostava muito de ajudar os jovens na escola e eu tinha o apoio deles.” (...) “Fui apoiada na Caatinga porque tínhamos fazenda lá perto também. (Elizabete Alves Mundim Silva, 10/09/2019)*

*Fui com a cara e a coragem... decidi que seria candidata, o processo foi montado junto ao partido, a documentação exigida foi por mim apresentada e os meus grandes aliados foram meus alunos e ex-alunos. O apoio foi grande, principalmente pelas grandes amizades que eu tinha. Fiz uma campanha baseada na amizade e carisma e foi o suficiente para conseguir os meus 481 votos alcançados sem gastar nenhum centavo, até mesmo porque eu nem tinha qualquer dinheiro que pudesse gastar em campanha. (Atalita Ferreira da Silva, 24/09/2019)*

Alceni Maria descreve que recebeu apoio de sua família e também da população de uma maneira geral. Enfatiza os diversos públicos que a apoiou, observando as diversas classes presentes. Elizabete mencionou a importância dos jovens que ela ajudava na escola e o quanto foram importantes para sua eleição, além do fato de possuir uma fazenda no distrito de Caatinga, que viabilizou a ela diversos votos. Atalita que atuou muitos anos na docência, relatou o apoio recebido de alunos e ex-alunos, sendo estes os principais motivadores de sua candidatura. Relembrou as amizades construídas e que seu carisma permitiu com que fizesse uma campanha sem dinheiro para investir.

Buscando compreender melhor a trajetória dessas mulheres na política local, indagamos como foi o início do exercício na legislatura e atuação na Câmara. As representações por elas veiculadas possibilitam ver desafios e esforços empreendidos e relações estabelecidas.

*É assim uma sensação de peso, de responsabilidade muito grande, porque a partir do momento que eu fui eleita, que tomei posse, eu não era mais uma Alceni comum, uma mãe, uma servidora. Eu era uma autoridade constituída que representava a sociedade. (...) No primeiro mandato nós éramos duas mulheres. Eu e a Elizabete Mundim Silva (...). Nós éramos muito unidas, pessoa maravilhosa e que eu gostei demais de trabalhar com ela e ela também era muito dedicada. A gente não votava nada sem ler, sem conhecer. (Alceni Maria da Silva Rodrigues, 06/09/2019)*

*É meio complicado, porque a gente não tinha muita voz ativa. Nessa época, as mulheres... agora que melhorou muito. Eu era tímida, não falava ao público, Alceni já falava mais. (Elizabete Alves Mundim Silva, 10/09/2019)*

*Apesar de ter alcançado 481 votos, não fui eleita. Perdi a eleição para o candidato Divino Delfino, pois ele teve 488 votos e então fiquei como primeira suplente. Só cheguei ao legislativo após dois anos das eleições, assumindo a vaga do colega que veio a óbito, Joaquim Souto. Fui muito bem recebida pela minha bancada, bem como pela bancada oposta. Todos, sem exceção, foram receptivos, educados e cavalheiros com a dama que assumia sua cadeira no legislativo pinheirense em meio a todos os outros do sexo masculino. (Atalita Ferreira da Silva, 24/09/2019)*

A entrevistada Alceni relembra a presença da vereadora e Elizabete que atuou junto com ela no seu primeiro mandato e a união existente entre ambas, bem como, a dedicação que as leituras necessárias para conhecimentos dos projetos apresentados e que antecediam a votação. Elizabete mencionou os desafios que de legislar em uma câmara com maioria masculina, em um contexto onde poucas mulheres acendiam ao cargo e Atalita afirmou ter sido recebida com naturalidade.

Em relação ao estudo dos projetos, isso é observado nos Anais da Câmara na reunião de três de março de mil novecentos e noventa e três que a Vereadora Alceni Maria solicitou a retirada do Projeto para estudo, porém o plenário não deferiu o pedido (SPAGNUOLO, 1999, p. 824). Em outro momento, na reunião de dezenove de abril de mil novecentos e noventa e três, há outro pedido de retirada de projeto para estudo feito pela mesma vereadora, o que foi novamente negado.

Votação em segunda discussão do Projeto de Lei número trinta e um barra noventa e três – autoriza o Executivo Municipal adquirir equipamentos para montagem de uma draga e dá outras providências. Aprovado por nove votos a favor e seis votos contra da bancada PMDB, antes, porém, a Vereadora Alceni Maria da Silva Rodrigues fez o pedido de retirada do referido Projeto

para estudos. O Senhor Presidente colocou o pedido da Vereadora Alcení Maria da Silva Rodrigues em votação. O seu pedido foi rejeitado por oito votos a sete dos vereadores do PMDB e do Vereador José Edvaldo Tavares e Miranda. (SPAGNUOLO, 1999, p. 832)

Elizabete e Alcení já realizaram alguns requerimentos em conjunto. Nos Anais da Câmara Municipal de João Pinheiro requerimento 8/95 de autoria das Vereadoras Alcení Maria da Silva Rodrigues e Elizabete Alves Mundim Silva foi retirada para estudos pelo Vereador Sílio Martins Araújo. (SPAGNUOLO, 1999, p. 929)

Diante das indagações levantadas Elizabete cita sobre a voz ativa feminina que, na sua visão, era falha. Pontua ainda, que hoje percebe que esse aspecto melhorou muito. Ela recorda ainda sua timidez e também cita a Alcení que também ocupou a mesma posição na Câmara dos vereadores e a destaca como mais comunicativa.

Atalita narra como ocupante suplente no lugar de um colega que veio falecer no período. Pontua sobre a sua recepção que foi muito receptiva e que os demais vereadores, sem exceção, foram educados com dama que ocupava a sua cadeira na Câmara Municipal. O processo de entrada da vereadora está relatado nos Anais da Câmara Municipal.

Aos dezessete dias do mês de janeiro de mil novecentos e oitenta e seis, sob a presidência do Vereador Jovino Joaquim da Silveira, do Vice-presidente Benedito Moreira Borges e dos Vereadores José dos Reis Couto, José Gomes Furtado, Divino Delfino Sobrinho, Geraldo Colho de Lima, Geraldo Dornelas da Silva, Mauri Alves Zica, Ronaldo Simões da Cunha, Milton Gonçalves Cruzeiro, Sílio Martins de Araújo, Doutor Vanderlino de Matos e também da Vereadora Atalita Ferreira da Silva Rocha, empossada no dia quinze deste, conforme termo de posse, lavrado em livro próprio. Em primeiro lugar, o Senhor Presidente convocou os Senhores Vereadores a fazerem um minuto de silêncio em homenagem ao Vereador Joaquim Souto Ferreira, recentemente falecido. Logo a seguir, foi lido o termo de posse da Vereadora Atalita Ferreira da Silva Rocha. (SPAGNUOLO, 1999, p.641)

Em relação ao processo de entrada na Câmara, é possível observar a composição de vereadores e vereadoras eleitos da gestão 1993-1996 com o prefeito e vice-prefeito da gestão.



Figura 1 Vereadores Eleitos (1993-1996) com prefeito e vice-prefeito da gestão Acervo pessoal da vereadora Alceni Maria da Silva Rodrigues.

Na imagem visualizamos que em meio aos 15 vereadores eleitos para gestão 1993-1996, apenas Elizabete e Alceni são representantes do sexo feminino. Elizabete é a quarta mulher, da direita para esquerda, da fila dos vereadores em pé e Alceni é a quarta mulher, da esquerda para direita, da fila dos vereadores em pé. É possível observar que a minoria da bancada de vereadores é composta de mulheres.

As memórias são eternizadas por vários fatores que possuem conexão aos trabalhos realizados na Câmara. Esses materiais elas guardam em seus acervos importantes que ajudam a lembrar as experiências no poder legislativo.



Figura 2: Carteira de Identidade da Vereadora na Gestão 1993-1996 Fonte: Acervo pessoal da vereadora Elizabete Alves Mundim Silva

A carteira de identidade de vereadores é uma simbologia formalizada do cargo que foi ocupado. Elizabete ainda guarda a sua carteira de identidade como vereadora.

Uma das questões apresentadas na pesquisa, foi sobre questões relacionadas ao preconceito, barreiras e dificuldades enfrentadas durante seus respectivos mandatos relacionando ao gênero que elas representam, segundo elas:

*Sofri preconceito, sim. Fui magoada, sim. (...) Por uma minoria. Porque eu respeito, as portas que eu abri a nível de estado, a nível de senado. Recebi comenda, de mulher da luta e do direito como reconhecimento do meu trabalho. (Alceni Maria da Silva Rodrigues, 06/09/2019)*

*Uma vez eu até saí da Câmara por palavrões de um vereador. Não para mim, no geral (..) pararam a reunião, enquanto eu não voltei não pôde continuar. (Elizabeth Alves Mundim Silva, 10/09/2019)*

*Fui vereadora nos anos 80, naquela época não percebi e nem senti nenhuma dificuldade que pudesse classificar como barreira pelo fato de eu ser mulher, nenhum preconceito também. Na verdade preconceito não existiu, mas também sempre fui eu quem me impus, ocupei o meu cargo com orgulho, com segurança, com dignidade sabendo o que estava fazendo e também não dava e não deixava brecha e nem oportunidade para que nada viesse atrapalhar. Sempre fui uma mulher de fibra e era respeitada por isso. (Atalita Ferreira da Silva, 24/09/2019)*

A entrevistada Alceni recorda que sofreu barreiras por uma minoria durante as suas gestões. Enfatiza o trabalho que ela conseguiu realizar e as diversas portas abertas a nível de Estado e Senado, e celebra as conquistas concebidas dos seus trabalhos prestados a sociedade. Em uma dessas, ela aborda sobre a comenda da mulher da luta e do direito.

Elizabeth mencionou ter se ausentou de reunião devido ao vocabulário usado por outros colegas de profissão, ela ressalta que não foram voltados para ela, mas que foram ofensivas.

Segundo Atalita, sempre foi muito respeitada e que não sentiu nenhum preconceito ou dificuldade na sua atuação no legislativo pelo fato de ser mulher. Afirmou ser uma mulher de fibra e que se impunha não permitindo que houvesse fatos que a atrapalhasse no seu ofício.



Figura 3 Fotografia 3: Vereadora Atalita durante a gestão 1986-1988 em discurso solene na Câmara de João Pinheiro. Fonte: Acervo Pessoal da Vereadora Atalita Ferreira da Silva.

Na imagem a vereadora discursa em um ato solene na Câmara Municipal de João Pinheiro. Observamos a relevância de uma mulher ocupar um lugar de liderança e ser portadora da oratória em um local tão necessário para o desenvolvimento da sociedade.

Mesmo com situações adversas que possam ter ocorrido durante suas atuações, os trabalhos desenvolvidos por elas são caracterizados por posições de liderança e local de fala em uma sociedade que as elegeram. O reconhecimento de suas atuações e trabalho são perceptíveis em fotografias, certificados e honrarias dadas a elas em prol dos trabalhos prestados. A vereadora Alceni mencionou possuir diversos certificados, homenagens e honrarias pelos trabalhos prestados na cidade.

O reconhecimento pelos serviços prestados faz parte das memórias das entrevistadas. No quadro e certificado representando o trabalho prestados ao foco da mulher, é um ponto importante e confirma a grandiosidade do trabalho em forma de reconhecimento por uma causa e sua formalização a partir de um processo formal de reconhecimento. Alceni possui um acervo de certificados e diplomas que concretizam e celebram sua atuação política.



Figura 4: Reconhecimento de Mulher da Luta e Direito em 24 de março de 2006. Fonte: Acervo pessoal da vereadora Alceni Maria da Silva Rodrigues.

Outro questionamento feito foi sobre os enfoques de projetos e suas áreas de atuação. Elas mencionaram que:

*Olha nós tivemos vários projetos importantes. (...)Eu vi quando começou os primeiros meninos de rua de João Pinheiro, era ter um local onde essas crianças recebessem alimentação, apoio e com ajuda do juiz de Direito da Comarca de João Pinheiro, foi criado aí né, funciona até hoje o abrigo Carla Alves Queiroz. Que também eu participei nos projetos e participei também nas barraquinhas, acabei adotando uma menina que saiu de lá com 18 anos e não tinha família, o juiz me determinou que eu adotasse e eu adotei essa menina e trouxe pra minha casa. Vejo que hoje não há necessidade das crianças ficarem nas ruas. Se não tem uma família para acolher, tem um abrigo para acolher. (...) Todos os projetos de interesse da APAE nós corremos atrás, nós apoiamos. Para que realmente essas pessoas excluídas da sociedade pudessem ser inseridas na sociedade. (...) Tem outro projeto também super importante, foi do meu segundo mandato, foi nós correremos atrás de trazer uma faculdade para João Pinheiro. Faculdade pública, federal, estadual, particular, a gente queria trazer a faculdade para João Pinheiro. (...) Na área da Educação, criar o plano de cargos e salários de professores. (...)Eu sempre tentei que o servidor tivesse a mesma valorização dos demais cargos do município. (...) Foi aí que surgiu o meu interesse de pessoas me procurarem e pedir: Alceni nós queríamos um pedaço de terra, nós queríamos entrar na reforma agrária, mas nós não estamos conseguindo, nós precisamos sua ajuda. Eu fui à Belo Horizonte, fiz um curso no próprio Incra para saber das leis e conhecimento e comecei ajudar. (...) A gente conseguiu um grande avanço na área da saúde, um empenho meu que, demorou um tempo ainda para vir à tona, mas que veio à tona e inclusive eu fui trabalhar lá, eu fiz o projeto como servidora e não como vereadora. Teve*

*o Kennedy, nós fizemos vários projetos pedindo a criação da Clínica a Mulher em João Pinheiro. Eu e meu colega Kennedy, a gente não pode deixar de lado aquilo que é real, nós reivindicamos muito. E no governo do Kennedy, vice-prefeito do Sérgio Vaz, eu como servidora, foi delegada a mim, providenciar o projeto para que fosse credenciado junto ao sus o programa da saúde da mulher que funciona até hoje, graças a Deus né? (...) Eu consegui para mais de 100 pacientes, cirurgia de catarata. (...) Ajudamos o município a buscar recursos, ementa parlamentar. (Alceni Maria da Silva Rodrigues, 06/09/2019)*

*Não, para trazer não teve como. (...) A gente votava ali e ficava só por votar mesmo. Inclusive, a água nossa, eu trabalhei a favor. (...) Meu ordenado era sempre para ajudar (...) com remédios, um continha de água, uma continha de luz. (...) Desse ordenado meu eu tirava, tanto x para ajudar quem batia na porta. (...) Foi muito bom. (Elizabete Alves Mundim Silva, 10/09/2019)*

*Eu não tinha um projeto específico ou uma classe que eu pretende-se privilegiar. Meus projetos sempre foram mais amplos e gerais buscando sempre o bem estar dos pinheirenses, entretanto, se fosse hoje é com a experiência que tenho, voltaria meus projetos para o idoso, com certeza. (Atalita Ferreira da Silva, 24/09/2019)*

Alceni narrou que teve vários projetos importantes, os quais incluíram infância, juventude, pessoas com deficiências, educação, servidores públicos, saúde da mulher, população carente, demonstrando ser bem ampla a sua área de atuação.

Isso pode ser observado nos Anais da Câmara Municipal de João Pinheiro – MG que segundo Spagnuolo (1999, p. 982) no requerimento número cento e sessenta e três barra noventa e sete de autoria da Vereadora Alceni Maria que solicita compra de cobertores para doação às famílias extremamente carentes do município. Aprovado por unanimidade.

Elizabete narra que o seu papel era sempre ajudar. Mas que tinha preocupação com a preservação da água pinheirense. Que também ajudou com seu salário pessoas que a procurava para socorrê-las em situações que demonstravam necessidade e estavam em sua porta.

Buscando em suas memórias, Atalita comenta que não possuía nenhuma classe que ela possuía como enfoque de trabalho em relação aos projetos. Todavia, ela pondera que se fosse hoje, ela voltaria os projetos para os idosos.

Momentos públicos em palanques e de contato com o povo sempre fizeram presentes durante os trabalhos dos vereadores. São marcos importantes para que pudessem entregar projetos já concretizados, iniciados ou em andamento para a sociedade.



Figura 5 Inauguração da pavimentação asfáltica de João Pinheiro a Brasilândia de Minas, momento em que a Vereadora Atalita Ferreira se fez presente. Fonte: Acervo pessoal da vereadora Atalita.

Na imagem, a vereadora Atalita está no palanque onde foi realizada a solenidade do asfalto da rodovia MG 116 que liga as cidades de João Pinheiro e Brasilândia, grande aspiração dos moradores dos dois municípios que foram beneficiados com a obra, facilitando o trânsito, o escoamento da produção e a circulação de pessoas e mercadorias. Atalita é a segunda pessoa da direita para a esquerda, em pé, ao lado de outras autoridades presentes no evento, momento em que ressalta sua integração entre os políticos e autoridades no período em que legislou.

Ao indagá-las sobre suas percepções acerca de seus mandatos e como avaliam as experiências que tiveram em suas atuações no legislativo pinheirense, responderam que:

*Olha, na Câmara eu pude ocupar todos os cargos. Com exceção à presidência, né? Porque a presidência da Câmara assim, nós tivemos uma amiga que foi uma vereadora, um respeito que eu tenho por ela, Dona Dulce há muitos anos atrás que era doutorada, mestrada, ela conseguiu ser presidente da câmara, mas só ela conseguiu uma vez. Mas esse cargo ainda não é visto assim, que a mulher pode dirigir ou comandar os homens. Ainda existe uma insegurança. Não é por falta de capacidade da mulher. (...) Mas sempre tinha: Ah, você vem de vice. E eu acho que fui umas duas vezes. (...) Oh, da política a única coisa que eu vou te dizer que estou levando é gratidão, amor, muitas amizades, muito carinho, muito abraço. Por que o dinheiro que eu ganhava, eu ajudava os aqueles menos favorecidos. E não fui eleita para juntar dinheiro não. (Alceni Maria da Silva Rodrigues, 06/09/2019)*

*Eu vi muitas coisas que não me agradaram. Eu pensava que era diferente. Quem nunca assistiu uma reunião de Câmara, tem que assistir. Se a gente quer que melhore as coisas, tem que ir lá. Porque é tudo passado lá. (...)*

*Nossa, foi ótimo, eu não imaginava que o fosse acontecer para nós de bom ou ruim era passado lá. (...) Foi uma experiência muito boa mesmo. (...) Eu acho que falta muita mulher na política, não é desfazendo dos homens não, por que elas tem as palavras ativas, então elas não querem o mal para ninguém. (Elizabeth Alves Mundim Silva, 10/09/2019)*

*Acredito que cumpri meu papel como representante da população no legislativo. A década de 80 não foi uma década fácil e a política era totalmente diferente da que temos hoje em dia, entretanto, sei que fiz o que estava ao meu alcance, sempre com muito zelo e cuidado pela coisa pública. Tenho orgulho do trabalho que realizei e se fosse hoje, faria tudo de novo com mais afinco e cobrando mais do Executivo, embora eu tenha legislado com um dos melhores e maiores prefeito que João Pinheiro já teve. (Atalita Ferreira da Silva, 24/09/2019)*

A ex-vereadora Alcení pontua sobre sua atuação em diversos cargos na Câmara. Relata sobre a dificuldade de ocupar um cargo de presidência uma vez que tal cargo ainda encontra barreiras ao ser ocupado. Em sua percepção pessoal da experiência, ela avalia a gratidão como um dos principais fatores das boas amizades e relações que ela fez nesse tempo. Ainda cita sobre a falta do seu interesse em guardar dinheiro para si durante seus mandatos. Elizabeth respondeu que a experiência foi ótima e que obteve um amplo conhecimento. Por fim, ela diz que falta muita mulher na política e considera essas personagens portadoras de uma voz ativa. Atalita avalia que seu papel na legislação foi cumprido, que fez o que estava ao seu alcance com zelo pelo setor público e que possui orgulho de ter realizado tal trabalho, e que, se necessário, faria tudo de novo com mais afinco e cobranças.

Embora existiram desafios e barreiras na ocupação de seus lugares por estarem em ambientes predominantemente masculinos, elas tiveram fibra e realizaram trabalhos que as deixam orgulhosas e felizes em ter participado. Segundo elas, atuaram com zelo em áreas de amparo aos menos favorecidos, mulher, segurança pública, de servidores e avaliam seus trabalhos como bem-sucedidos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluirmos nos apropriamos das palavras de Wolff (2015) que afirma que as questões de gênero parecem finalmente ganhar o protagonismo na conjuntura política atual. De acordo com a autora por muito tempo elas foram enxergadas como questões “secundárias”. Diversos fatores históricos levam a humanidade a trilhar caminhos que embora apresentem mudanças em relação aos aspectos antigos, ainda hoje precisam de muita representatividade e luta.

Estamos em uma sociedade em mudança constante, dominada ainda em grandes fatias pela figura masculina. Essa narrativa é observada desde a criação do mundo, percorrendo pela revolução industrial até a atualidade. As mulheres trilharam caminhos que exigiram luta de muitas e posicionamentos de exigências e voz para que pudessem ocupar locais que permitissem a visualização de pontos igualitários em direitos e deveres.

A atuação feminina na política conseguiu números maiores em representatividade, depois que pioneiras abriram espaço para que outras conseguissem votar, se candidatarem e serem eleitas como representantes do povo. Em João Pinheiro, muitas mulheres assumiram um posicionamento de trabalho no legislativo e quebraram paradigmas em suas atuações. Destacamos aqui o pioneirismo de Dulce Amorim Silveira que eleita na década de 60 foi a vereadora que inaugurou a figura feminina no legislativo local e a única a presidir a Câmara, sendo importante também destacar outras mulheres que ousaram e atuaram nesse meio, como as narradoras inseridas nesta pesquisa, mesmo com as dificuldades inerentes a cada época.

Os períodos de atuação dessas vereadoras são variados, sendo que a vereadora Alceni Maria atuou por três mandatos sendo dois deles consecutivos e logo após determinado tempo volta ao legislativo para seu último mandato que se encerra em 2008. As demais vereadoras entrevistadas: Elizabete e Atalita Ferreira atuaram em um mandato. Há 11 anos não existe uma representação feminina na política de João Pinheiro, o que nos incita a pensar nos desafios e ideologias que permeiam a complexa teia da nossa sociedade e como ainda mantemos, traços que são historicamente construídos.

Em suas narrativas, encontram-se algumas descrenças em relação ao mundo político o que não diminuiu as oportunidades de fazerem política. São diálogos de mulheres fortes, legítimas representantes de um povo. Observa-se o cuidado, zelo e preocupação para a população. Isso se deve ao espírito natural ao que é maternal.

Seus ingressos na política aconteceram por motivos variados, a vereadora Alceni foi levada ao desejo popular. A vereadora Elizabete por uma reunião em sua casa e a vereadora Atalita foi por sua própria vontade e assim o fez.

Não necessariamente existia uma área específica pelo qual essas vereadoras atuavam. Seus projetos eram amplos e seus olhares eram para abranger a sociedade como um todo. Porém é possível notar em alguns discursos o olhar com enfoque a causas da sociedade como crianças, mulher, idosos e meio ambiente.

Observamos que essas mulheres tiveram experiências múltiplas. Suas atuações são marcos importantes para a história cultural dessa cidade, sendo este um tema muito interessante e aberto a muitas reflexões, sendo a história um dos possíveis enfoques.

A experiências das vereadoras entrevistadas em João Pinheiro (MG), assim como o jejum de mais de uma década sem a presença feminal no legislativo local evidencia a abismo existente entre os gêneros no Brasil; fator que tende a se asseverar quando se trata do interior do país. Portanto, faz mister as pesquisas e debates desse tema a nível local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL (1997). Lei N ° 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997. **Lei das Eleições**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9504.htm)> Acesso em 25/10/2019

BRITO, Eleonora Zicari Costa de **Corpo, Sexualidade e Gênero: A Construção do Desvio na Justiça de Menores - Brasília (1960/1990)**. Tese de doutorado. Brasília: UnB, 2001.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988

COIMBRA, Patrícia Carla dos Santos. **Direito das mulheres pós-constituição: um estudo descritivo**. Monografia – Curso de Especialização em Processo Legislativo da Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/9148/direito\\_mulheres\\_coimbra.pdf?sequence=3](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/9148/direito_mulheres_coimbra.pdf?sequence=3)>. Acesso em 01/05/2019.

DARNTON, R. **O Grande Massacre de Gatos, tradução de Sonia Coutinho**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/joao-pinheiro/panorama>>. Acesso em 07/03/2019

JENKINS, Keith. **A História Repensada**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2009.

JOÃO PINHEIRO. Câmara Municipal de João Pinheiro. **Lei Orgânica Municipal de João Pinheiro – MG de 07 de março de 1990**. Disponível em <<https://www.joaopinheiro.mg.leg.br/institucional/lei-organica/lei-organica-municipal-joao-pinheiro-mg>>. Acesso em 07/03/2019

KARAWEJCZYK, Mônica. **O Voto Feminino no Congresso Constituinte de 1891: Primeiros Trâmites Legais**. Em: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em:

<[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300645749\\_ARQUIVO\\_ovotofeminino\\_naconstituente.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300645749_ARQUIVO_ovotofeminino_naconstituente.pdf)>. Acesso em 21/10/2019.

LAKATOS, Eva Maria et.al. **Metodologia Científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas,2004.

MENNA, Hugo Sérgio. **A pesquisa científica e a formação acadêmica**. Prometheus Filosofia. Setembro a Dezembro 2017. Número 24

MONTEIRO, Angélica; LEAL, Guaraciara Barros. **Mulher: da luta e dos direitos**. Brasília. 3.ed. Brasília: Coleção Brasil, 1998.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Cidadania no feminino**. In: PINSKY, Jaime; PINSKY Carla Bassanezi (Orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

NOLASCO, Loreci Gottschalk. **Mulheres na política: entraves e conquistas**. Revista Jurídica Unigran, Dourados, v.12, n 23, 2010.

NOREMBERG Alessandra. ANTONELLO, Isabelle Pinto. **A trajetória feminina na política brasileira**. Disponível em:  
<<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/viewFile/14579/3279>> Acesso em: 25/10/2019

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru. 1998.

PINSK, Jayme. PINSK, Carla Bassanezi. (Orgs) **História da Cidadania**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2005

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SCHNEIDER; Giselda Siqueira da Silva. **Mulher, Direitos e Cidadania: Uma reflexão a partir da história da mulher no Brasil e da Constituição Federal de 1988**. Disponível em:  
<<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=3ad69dbde4c12dfc>> Acesso em 31/10/2019

SAMPAIO, Jéssica de M. De PAULA, Mariane F. P. MIRANDA, Adílio R. A. Mulheres na política: um estudo na Câmara Municipal de uma cidade do sul de Minas Gerais. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 7, n. 1, 2016.

SILVA, Giselda Shirley da. GONÇALVES, Maria Célia da Silva. SILVA, Vandeir José da. **Histórias e Memórias: Experiências Compartilhadas em João Pinheiro**. João Pinheiro: Patrimônio Cultural de João Pinheiro, 2011

SOUZA, Spagnuolo Marcos. **Anais da Câmara municipal de João Pinheiro: (1924- 1995)**. Paracatu: s.n, 1999. Vol. I

SOUZA, Spagnuolo Marcos. **Anais da Câmara municipal de João Pinheiro: (1924- 1995)**. Paracatu: s.n, 1999. Vol. II

TABAK, Fanny. **A Mulher brasileira no Congresso Nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1989

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Trad. Lólio Lorenço de Oliveira. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VAZ, Gislene de Almeida. **A participação da mulher na política brasileira [manuscrito]: a lei de cotas**. 2008. 65 f. Monografia (especialização) - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Processo Legislativo, 2008. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/5813/participacao\\_mulher\\_vaz.pdf](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/5813/participacao_mulher_vaz.pdf)> Acesso em 01/05/2019.

WOLFF, Cristina Scheibe. Prefácio. *In*: PARENTE, Temis Gomes; MIRANDA, Cynthia Mara (Orgs.). **Arquitetura de Gênero: questões e debates**. Palmas, TO: EDUFT, 2015.